

Editorial

O DESAFIO DA
PAZ SOCIAL

Os direitos humanos emergiram como parte da agenda brasileira em decorrência da redemocratização do país. Instigados pelos casos de violação sistemática desses direitos durante o regime militar, Estado e sociedade civil reconheceram a pertinência não só da defesa, mas da promoção dos direitos humanos.

O governo mineiro acaba de receber o Prêmio Direitos Humanos da Presidência da República. Por sua vez, o governo estadual também premiou 33 municípios mineiros que registraram zero homicídio nos últimos dez anos, de acordo com dados da Polícia Militar e da Secretaria de Estado da Saúde.

O prêmio foi criado sob a inspiração do município de Rio Doce, na Zona da Mata, onde há mais de 50 anos não se registra nenhum assassinato. Já o Estado se destacou pela erradicação do sub-registro civil em Minas Gerais, pela qual as mães já saem das maternidades com a certidão de nascimento de seus filhos.

Todos esses fatos são dignos de comemoração. Como disse o governador, “não há paz onde há insegurança, desigualdade e intolerância”. No entanto, a par da promoção dos direitos humanos, o país vive, depois da redemocratização, um dos períodos mais conturbados e violentos por que já passou.

Os governos tentam passar a mensagem de que os sucessos se devem à execução de políticas públicas. Aqueles municípios mineiros premiados não servem de exemplo. Certamente, as condições de paz que exibem independem dos governos, uma vez que preexistem à implantação de políticas públicas.

Ao contrário de outras cidades, esses municípios demonstram que não perderam o exercício da vida comunitária, não se deixando cair nas disputas do mundo do trabalho. Neste, a competitividade se dá no nível não só do mercado, mas da própria vida, com a desigualdade gerando a insegurança e a intolerância.

O Brasil está para vencer o desafio de compatibilizar o crescimento econômico com a paz social.

SEMPRE EDITORA LTDA

FUNDADOR Vittorio Medioli
PRESIDENTE Laura Medioli
VICE-PRESIDENTE Luiz Alberto de Castro Tito
DIRETOR EXECUTIVO Heron Guimarães

GERENTE COMERCIAL
Alessandra Soares

GERENTE DE TECNOLOGIA
Fábio A. Santos

GERENTE INDUSTRIAL
Guilherme Reis

GERENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
Walmir Prado

GERENTE DE MARKETING
Monique Araki

GERENTE DE CIRCULAÇÃO
Isabel Santos

EDITORA EXECUTIVA
Lúcia Castro

SECRETÁRIA DE REDAÇÃO
Michele Borges da Costa

ADJUNTO DA SECRETARIA DE REDAÇÃO
Murilo Rocha

CHEFE DE REPORTAGEM
Renata Nunes

EDITORES

Opinião: Victor de Almeida
Economia: Karlon Aredes
Magazine: Silvana Mascagna
Brasil/Mundo/Interessa: Aline Reskalla
Política: Ricardo Corrêa
Esportes: Denner Taylor
Cidades: Marina Schettini
Primeira: Frederico Duboc
Fotografia: Rejane Araújo

O.PINIÃO

Duke

O MARADONA MANDOU
DIZER QUE O CORAÇÃO
DELE ESTÁ CONTIGO!AINDA BEM
QUE NÃO É
O NARIZ!

www.dukechargista.com.br



FÁTIMA OLIVEIRA

Médica

fatimaoliveira@ig.com.br

Desafios ambientais, médicos
e psicossociais e a microcefaliaO *Aedes aegypti* aqui aportou com os navios negreiros

A cada publicação do Informe Epidemiológico sobre Microcefalia, do Ministério da Saúde (MS), quedo-me à impotência diante dos números. Os casos suspeitos só aumentam. Nem sequer temos a dimensão, nem como estimá-la, do que nos espera num país continental como o Brasil, onde a subnotificação é a regra!

Até 5 de dezembro de 2015, foram registrados 1.761 casos suspeitos de microcefalia, em 422 municípios de 14 Estados. Foram notificados 19 óbitos de bebês com microcefalia e suspeita de infecção pelo zika vírus*.

O Brasil, para não variar, é retardatário: não deu conta do mosquito *Aedes aegypti*, que aqui aportou com os navios negreiros. Na década de 50, foi erradicado, mas retornou nos anos 80, com uma epidemia de dengue em Roraima; em 1986, no Rio de Janeiro e no Nordeste; em 1990, no Sudeste; e em 1998, uma pandemia, com mais de 500 mil casos!

Como não extirpamos os criatórios de *Aedes aegypti*, agora ele exhibe todo o seu poder para além da dengue: zika e chikungunya. Todo mundo sabe que só se previnem tais doenças erradicando-se o mosquito! Sem choro e sem vela, é o dever de casa de todas as prefeituras do país! E ponto final!

O governo federal respondeu prontamente ao leite derramado, a epidemia do zika vírus: desde elaborar um protocolo emergencial de vigilância e resposta aos casos de microcefalia supostamente pela infecção do zika vírus, passando por definir Situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional no país, até lançar, em 5 de dezembro, o Plano Nacional de Enfrentamento à Mi-

crocefalia – mobilização nacional para conter novos casos relacionados ao zika vírus, que consta de três eixos de ação: mobilização e combate ao mosquito; atendimento às pessoas; e desenvolvimento tecnológico, educação e pesquisa.

Até 7 de dezembro passado, o MS incluía como suspeita de microcefalia o Perímetro Cefálico (PC) de 33 cm, quando adotou a medida padrão da OMS, que é de 32 cm. As diretrizes nacionais para a epidemia de microcefalia estão dadas, resta esperar o protagonismo dos governos locais (governadores e prefeitos).

Todo mundo sabe que, para prevenir tais doenças, só erradicando o mosquito! Sem choro e sem vela, é o dever de casa de todas as prefeituras do país!

Não será fácil. Não é impossível, mas complexo, concretizar as diretrizes do MS para as grávidas, a quem o ministério recomenda o uso de repelente e de calças compridas nas áreas de risco. Há discordâncias.

Thomaz Gollop, geneticista, especialista em medicina fetal, ginecologista e obstetra, diz que “especialistas em reprodução assistida estão recomendando adiar as transferências de embriões até abril para reduzir a possível exposição de fetos ao zika vírus!” E arremata: “O que você faria se a sua irmã ou filha planejasse hoje uma gravidez? Eu, certamente, diria: não engravide agora de jeito nenhum”.

Manda a prudência que as mulheres não engravidem agora, embora não saibamos exatamente se o zika vírus é o causador da microcefalia, pois ainda é uma hipótese a se confirmar! Mesmo assim, o tributo maior é das mulheres: o adiamento do desejo de engravidar e a imolação diante da microcefalia. Camilla Costa, em “Mães de bebês com microcefalia enfrentam distância, cansaço e maratona de exames”, exhibe o impacto do caos da peregrinação, ainda inicial, em “lombo de vans” (BBC, 7.12.2015). Descentralizar o atendimento é indicativo número 1 de humanização da atenção!

Cintha Leite, em “Mães de bebês com microcefalia precisam de apoio psicossocial” (“JC”, 5.12.2015), afirma, com o que concordo, que o Brasil tem de cuidar de quem nasceu com microcefalia, incluindo as mães, já que está escrito na pedra, infelizmente, que “Quem pariu Mateus que o embale!”.

DUKE

